

ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL LUÍS GAMA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Grêmio Estudantil Luís Gama do Instituto Federal de São Paulo Campus Avançado Tupã é um conselho instituído, constituído e administrado de forma autônoma pelos estudantes dessa comunidade estudantil com base na Lei do Grêmio Estudantil nº. 7.398/85.

§1º. O Grêmio Estudantil não possui fins político-partidários ou lucrativos aos seus integrantes, conforme os termos e as disposições deste Estatuto.

§2º. Uma vez fundado, o Grêmio Estudantil só se extingue com a extinção do Campus Avançado Tupã, contudo, o mandato de cada diretoria corresponde a 1 (um) ano, quando deve ser renovado em processo eleitoral.

§3º. A autonomia administrativa, financeira e normativa do Grêmio Estudantil será desenvolvida de forma a fortalecer os objetivos educacionais do Projeto Político Pedagógico e preservar as normas estabelecidas no Regimento Escolar desta unidade de ensino.

§4º. Em sua organização e fundamentação, o presente Estatuto também considera as diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Educação do Estado, da Entidade Estudantil afiliada e demais legislações que corroborem para este fim.

Art. 2º. O grêmio é sediado em sala própria nesta unidade de ensino, em regime de concessão, por tempo indeterminado, conforme Termo acordado entre a direção do campus e o Grêmio.

Parágrafo Único. O grêmio como usuário e responsável pelo espaço cedido, obriga-se a:

- I. Conservar o imóvel como se seu fosse;
- II. Não alugar o imóvel;
- III. Usar o imóvel de forma adequada e para o interesse dos estudantes.

Art. 3º. As atividades e a composição do Grêmio serão regidas pelo presente Estatuto, aprovado por maioria simples em Assembleia Geral convocada para esse fim e assinado por um representante da equipe gestora do IFSP Campus Avançado Tupã.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

Art. 4º. O este grêmio estudantil tem por objetivos:

- I. Congregar os estudantes do IFSP Campus Avançado Tupã
- II. Defender os interesses coletivos e individuais de todos os estudantes do Campus para que todos os direitos que lhes assistem sejam respeitados, dando sua defesa em convocações, reuniões, assembleias, etc.
- III. Esclarecer e orientar os estudantes no cumprimento de seus deveres para com o IFSP Campus Avançado Tupã e seu desenvolvimento pessoal, de forma individual e coletiva.
- IV. Realizar e participar de atividades culturais, artísticas, desportivas, científicas, sociais e cívicas, como forma de desenvolvimento humano dos estudantes do Campus.
- V. Promover eventos com o objetivo de arrecadar fundos para o investimento em atividades educacionais ou aquisição de material permanente.
- VI. Promover a cooperação entre os diversos setores da escola: gestores, professores, funcionários e estudantes, buscando o equilíbrio necessário ao aprimoramento da educação.
- VII. Realizar parcerias com entidades congêneres para melhoria dos processos participativos do Campus.
- VIII. Zelar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo, em defesa da melhoria da qualidade da educação.
- IX. Lutar pela democracia, pela defesa dos jovens e seus direitos, pela independência e respeito aos direitos fundamentais do homem, sem distinção de etnia, gênero, nacionalidade, convicção política ou religiosa.
- X. Incentivar o debate político e a defesa da pluralidade de ideias.

Parágrafo Único. Aplica-se também à execução dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10), Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 217 A/III da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10/12/48) e Constituição Brasileira de 1988, como respaldo institucional em defesa dos direitos e deveres dos estudantes.

CAPÍTULO III – DO PATRIMÔNIO

Art. 5º. O patrimônio do grêmio estudantil será constituído:

- I. Por contribuição dos estudantes do campus a ser regulamentada.
- II. Pela contribuição de terceiros, ficando excluídas aquelas relativas a questões partidárias.
- III. Pelos rendimentos de capital aplicado em instituições financeiras idôneas ou de recursos físicos.
- IV. Pelos rendimentos de bens, móveis ou imóveis, que possua ou venha a possuir.
- V. Pelos rendimentos auferidos em atividades por ele promovidas, como festas, seminários, rifas etc.

§1º. Fica proibida a participação de patrocinadores ligados a partidos políticos, cigarro, bebidas alcoólicas ou substância ilícita nas atividades do Grêmio.

§2º. A participação do Grêmio em atividades externas que, de alguma forma, divulgue ou se respalde no nome do IFSP Campus Avançado Tupã, depende da autorização da equipe gestora da referida do campus/reitoria.

Art. 6º. O corpo de dirigentes do grêmio estudantil é a instância responsável pelo patrimônio do Grêmio junto ao campus.

Art. 7º. Ao término de cada mandato, o corpo de dirigentes, cujo mandato se expira, elaborará um Termo de Inventário dos bens da entidade, com a participação do presidente e tesoureiro, e assinatura dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único. Constatada alguma irregularidade, o Conselho Fiscal elaborará relatório a ser entregue ao Conselho de Representantes de Turma, que tomará as providências cabíveis e necessárias.

Art. 8º. Empossado o novo corpo de dirigentes, o presidente e o tesoureiro deverão, após inventariar todos os bens da entidade, assinar termo de recebimento, que será entregue ao Conselho Fiscal.

Art. 9º. O IFSP Campus Avançado Tupã não se responsabilizará pelas obrigações contraídas pelo Grêmio, sem que tenha havido prévia negociação, por escrito, entre seus administradores e o corpo de dirigentes do grêmio.

Art. 10º. O grêmio não é responsável por obrigações contraídas por estudantes, integrantes ou não do corpo de dirigentes, sem que estas tenham sido autorizadas.

Art. 11 O grêmio só poderá contrair obrigações financeiras, desde que tenha dinheiro em caixa para tal.

CAPÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Seção 1 – Das Instâncias Deliberativas.

Art. 12. São instâncias deliberativas do grêmio:

- I. Assembleia geral
- II. Conselho de Representantes de Turma - CRT
- III. Corpo de dirigentes
- IV. Conselho Fiscal

Art. 13. A assembleia geral compõe-se de todos os estudantes do IFSP Campus Avançado Tupã, do 1º ao 3º ano, dos níveis de ensino médio, e subsequentes.

Art. 14. A assembleia geral é a instância deliberativa máxima do grêmio estudantil Luís Gama e será convocada para tratar de matéria de sua estrita competência, não cabendo recurso de sua deliberação.

Art. 15. A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre para:

- I. Eleger o corpo de dirigentes do grêmio pelo voto direto e secreto nas eleições.
- II. Aprovar, emendar e revisar o presente Estatuto.
- III. Reformar ou atualizar, em grau de recurso, as deliberações do CRT, do corpo de dirigentes bem como do Conselho Fiscal, órgão cuja competência é estabelecida no presente Estatuto, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, respeitado o quórum de 1/5 dos gremistas.
- IV. Receber, apreciar e aprovar os relatórios do Conselho Fiscal acerca da prestação de contas do corpo de dirigentes.
- V. Ratificar os atos da Comissão Eleitoral.

§1º. A assembleia geral é instância deliberativa soberana.

§2º. Nas hipóteses dos incisos I, II, IV, e V, a votação deverá ser por maioria simples.

Art. 16. A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente a cada semestre para:

- I. Aprovar o parecer do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas do corpo de dirigentes.
- II. Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas.

Art. 17. A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente para deliberar sobre matéria de sua estrita competência, sempre que para isso for convocada:

- I. Pela unanimidade do Conselho Fiscal, pela unanimidade do corpo de dirigentes ou por proposta da maioria absoluta dos membros da CRT.
- II. Por pelo menos 50% mais um dos estudantes, em requerimento escrito e assinado.

Parágrafo único: Nas hipóteses dos incisos anteriores, os requerimentos deverão ser protocolados na diretoria do Grêmio, que, por meio do (a) presidente (a), convocará a assembleia por edital com pauta especificada e antecedência mínima de 02 dias úteis da data de sua realização.

Art. 18. A assembleia geral deliberará por maioria simples de voto válidos, salvo disposição em contrário.

§1º. O quórum mínimo para instalação da assembleia é 10% de seus membros.

§2º. É proibido o voto por procuração.

Art. 19. Cabe a todo estudante membro do grêmio respeitar e fazer respeitar as normas do presente Estatuto.

Art. 20. A CRT é a instância deliberativa intermediária do grêmio, composto pelos representantes eleitos para este fim, de todas as turmas, do 1º ao 3º do Ensino Médio, e subsequente, tendo como relevante objetivo garantir a participação do corpo discente no processo de desenvolvimento de nosso instituto, por meio da discussão das dificuldades e soluções trazidas de cada turma pelos seus representantes.

§1º. Os membros do CRT serão eleitos anualmente pelos estudantes de cada turma, durante a primeira unidade do ano letivo, em data fixada pelo corpo dirigente do grêmio, em consonância e articulação com a equipe gestora do campus.

§2º. Cada turma deverá eleger dois representantes sendo um titular e um suplente.

§3º. Um estudante pode ser representante de uma mesma turma por no máximo, um ano letivo.

Art. 21. São competências do Conselho de Representantes de Turma:

- I. Deliberar, nos limites de sua competência, sobre assuntos de interesse homogêneo do corpo discente e de cada turma representada.
- II. Eleger os membros do Conselho Fiscal.
- III. Discutir e votar as propostas do corpo de dirigentes.
- IV. Zelar pelo cumprimento das normas deste Estatuto e deliberar sobre casos omissos, ficando, neste caso, submetido ao referendun da assembleia geral.
- V. Propor alterações no presente Estatuto a serem discutidas e votadas pela assembleia geral.
- VI. Convocar reunião extraordinária da assembleia geral por deliberação da maioria absoluta, exigido o quórum mínimo de 2/3 de seus membros, sempre que ocorrerem fatos graves e urgentes de sua competência.

Parágrafo Único. É pauta obrigatória da primeira reunião anual do Conselho de Representantes de Turma a eleição, por série, dos membros que formarão o Conselho Fiscal.

Art. 22. São funções do Representante de Turma:

- I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do CRT.
- II. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Representantes do Bloco ao qual pertence.
- III. Representar a turma junto às instâncias do IFSP Campus Avançado Tupã e do Grêmio Luís Gama, em especial o CRT, procurando em qualquer instância os justos interesses de sua turma.
- IV. Procurar meios de cultivar a amizade entre os colegas levando a turma a trabalhar unida.
- V. Incentivar os colegas menos aplicados ao estudo, cooperando dessa forma com a Coordenação Pedagógica da U.E. (Unidade Escolar)

VI. Representar seus colegas de classe frente à equipe gestora e demais instâncias do IFSP Campus Avançado Tupã a fim de transmitir e mediar seus anseios, problemas e sugestões.

VII. Apresentar proposições à assembleia geral e votá-las.

VIII. Defender em potencial todos os integrantes de sua turma de acordo com seus limites.

§1º. No exercício do seu mandato, o Representante de Classe não pode ser punido disciplinarmente por expressar as ideias do grupo que representa. Em casos de desrespeito ou descumprimento do Regimento Escolar, a equipe gestora da U.E. deverá adotar as medidas pertinentes com base no referido Regimento.

§2º. O Representante de Classe não poderá ser destituído da função por determinação da direção da U.E. O mesmo só perderá esta função por deliberação da turma que representa em votação por maioria absoluta em razão de falta grave, não condizente com o exercício das funções da representação.

§3º. Os dois representantes de cada turma, titular e suplente, deverão trabalhar em conjunto nas mesmas atribuições relativas às turmas.

§4º. Caso o representante de turma seja destituído de sua função, deverá haver eleição de novo (a) representante no prazo de 8 (oito) dias, com orientação da CRT e apoio da U.E.

Seção 2 - Do Corpo de Dirigentes

Art. 23. O corpo de dirigentes é instância de deliberação intermediária, cujo escopo principal consiste em promover a execução das atividades deste Grêmio, sendo constituída pelos seguintes cargos existentes em sua composição:

I. Presidente

II. Vice-Presidente

III. Secretário Geral

IV. Segundo Secretario

V. Tesoureiro

VI. Diretor de Ciências e Cultura

VII. Diretor de Comunicação e Imprensa

Art. 24. Cada diretoria será formada por um diretor e uma equipe de trabalho, composta por membros indicados dentre o corpo discente do IFSP Campus Avançado Tupã.

Parágrafo Único. Os membros da equipe de trabalho de cada diretoria não compõem o corpo de dirigentes do Grêmio, portanto, não tem direito a voto em suas reuniões. Devem participar da discussão e aprovação de projetos em reuniões da diretoria da qual faz parte.

Art. 25. É vedada a ocupação concomitante de cargo no corpo de dirigente e como Representante de Turma, devendo o eleito optar por um dos cargos.

I. Fica sob a responsabilidade de a Presidência indicar candidatos aos cargos vagos na diretoria e empossá-lo (a), após aprovação da indicação por quórum mínimo de 50+1 de presentes à reunião, com ata obrigatória.

§1º. É igualmente vedado o acúmulo de cargos entre os departamentos do Corpo de Dirigentes.

§2º. Sob nenhum pretexto deve-se rejeitar estudantes que por livre e espontânea vontade queira participar das atividades, cargos ou equipes de trabalho do grêmio.

Art. 26. Cabe ao Corpo de Dirigentes do Grêmio:

- I. Elaborar e executar, anualmente, o planejamento de trabalho, informando-o ao CRT.
- II. Fornecer à assembleia gerais informações sobre as atividades desenvolvidas e a aplicação dos recursos do fundo financeiro.
- III. Respeitar o disposto no presente Estatuto, devendo, quanto aos casos omissos, submeter-se ao referendun da assembleia geral.
- IV. Convocar assembleia geral extraordinária por deliberação da maioria absoluta, exigida o quórum mínimo de 50+1 de seus membros, sempre que ocorrerem fatos graves e urgentes de sua competência com até 24 horas de antecedência.
- V. Defender todos os direitos e exercer todos os deveres dos integrantes do Grêmio Luís Gama garantindo a defesa e bem-estar escolar, sem qualquer discriminação.
- VI. Fiscalizar os investimentos e gastos da escola socializando-os com o corpo discente;
- VII. Acompanhar denúncias e acusações contra os servidores em exercício na U.E.
- VIII. Providenciar a devida conservação da sala do Grêmio.

IX. Suprir o Grêmio com o material necessário à execução das atividades de seus departamentos, devendo para tanto, manter os entendimentos necessários com o corpo de dirigentes, tesoureiro e equipe gestora da UE.

X. Transmitir aos estudantes e comunidade escolar os ideais do corpo de dirigentes do Grêmio.

XI. Zelar pelo bom relacionamento do corpo de dirigentes com os gremistas, comunidade escolar e local e entidades do movimento estudantil.

XII. Elaborar proposta de alteração do presente Estatuto mediante assinatura de 50+1 dos membros do corpo de dirigentes, a ser discutida e votada pela Assembleia Geral.

XIII. Propor reuniões extraordinárias do corpo de dirigentes e assembleia geral.

XIV. Propor substituição de membros do corpo de dirigentes em caso de impedimentos ou vacância.

XV. Apresentar recibo de qualquer uso dos fundos do Grêmio para a realização de suas atividades.

XVI. Conhecer, acessar e acompanhar o cumprimento dos dispositivos legais: ECA, LDB 9394/96 e demais instrumentos jurídicos relativos à garantia dos direitos educacionais.

XVII. Executar as demais atribuições que lhe foram conferidas pelo presente Estatuto.

Art. 27. O corpo de dirigentes do Grêmio reunir-se-á mensalmente de forma ordinária para avaliação de seu desempenho, e de forma extraordinária, quando convocado por decisão de 50+1 de seus membros.

Art. 28. As deliberações do corpo de dirigente ocorrerão por maioria simples, exigido o quórum mínimo de 50+1 de seus membros.

Parágrafo único. Cada diretor tem direito apenas a um voto.

Art. 29. Compete ao Presidente:

- I. Representar o Grêmio na UE ou fora dele, judicial ou extrajudicialmente;
- II. Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do corpo de dirigentes;
- III. Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CRT;

- IV. Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da assembleia geral;
- V. Acompanhar as atividades e o desempenho do corpo de dirigentes;
- VI. Praticar, ad referendum do corpo de dirigentes, atos que se fizerem necessários, devendo dos mesmos, dar conhecimento na reunião subsequente, sob pena de grave infração disciplinar;
- VII. Empossar os novos membros para compor o corpo de dirigentes;
- VIII. Assinar com o tesoureiro os documentos relativos à movimentação bancária;
- IX. Assinar com o tesoureiro relatórios financeiros a ser avaliado pelo Conselho Fiscal;
- X. Convocar, ad referendum do corpo de dirigentes, reuniões extraordinárias das demais instâncias intermediárias do Grêmio, desde que devidamente fundamentado em fatos relevantes e urgentes;
- XI. Assinar a ata de reuniões do corpo de dirigentes e da assembleia geral;
- XII. Zelar pelas normas dispostas no presente Estatuto;
- XIII. Desempenhar as demais funções inerentes a natureza do cargo.

Art. 30. Compete ao Secretário Geral:

- I. Zelar por sua função, atendendo as necessidades do Grêmio;
- II. Elaborar atas de reunião e assiná-las com presidente;
- III. Preparar a agenda de visitas e de atividades do Grêmio;
- IV. Zelar pelo cumprimento das atividades aprovadas em reunião do Grêmio;
- V. Zelar pela harmonia interna, receber as reclamações dos estudantes e dirigentes do grêmio;
- VI. Manter em dia a documentação do grêmio, como correspondência, ofícios e outros;
- VII. Ter o cuidado de deixar o grêmio sempre aberto e ativo, bem como mantê-lo em funcionamento em todos os horários de atividades na escola;
- VIII. Interessar-se para que os assuntos do grêmio estejam sempre atualizados.

Art. 31. Compete ao Tesoureiro:

- I. Manter sob o seu controle os bens do Grêmio;
- II. Manter em dia, toda a escrituração do movimento financeiro do Grêmio;
- III. Assinar, juntamente com o Presidente, os documentos relativos à movimentação bancária;
- IV. Organizar, apresentar e assinar relatórios financeiros do Grêmio junto ao Conselho Fiscal;
- V. Exigir recibo de todos que utilizarem os fundos do Grêmio para qualquer atividade;
- VI. Elaborar e assinar, juntamente com a Secretária Geral, orçamento bimestral das despesas, de modo que os recursos existentes sejam distribuídos com justiça por cada diretoria e em acordo com os diretores para melhor atendimento de cada atividade.

Art. 32. Compete à Diretoria de Ciências e Cultura:

- I. Promover a realização de palestras, oficinas e variadas atividades artísticas culturais que desenvolvam o potencial artístico do estudante e promovam o intercâmbio cultural;
- II. Zelar pela integração do corpo discente;
- III. Apoiar Educação, Ação e Cidadania na realização de suas atividades;
- IV. Coordenar os setores de sua responsabilidade;
- V. Escolher os colaboradores de sua diretoria;
- VI. Promover a realização de concursos, shows e atividades de natureza cultural e musical para comemoração de datas importantes para a UE ou comunidade estudantil;
- VII. Realizar projetos que mobilizem os estudantes para as questões sociais, cívicas, ambientais, humanas, políticas, dentre outras, buscando a construção da visão crítica do mundo;
- VIII. Promover a integração do corpo discente e o desenvolvimento da sensibilidade, solidariedade e a capacidade reflexiva;
- IX. Zelar pela melhoria do ensino e atendimento das necessidades dos estudantes;
- X. Zelar pela melhoria do ambiente educativo e espaço;

- XI. Relatar e avaliar as condições de aprendizagem dos estudantes e os métodos pedagógicos utilizados pelos professores;
- XII. Atender às denúncias tomando providências para assistir e representar a opinião dos estudantes;
- XIII. Zelar pela relação respeitosa entre os servidores da UE e corpo discente e vice-versa.

Art. 33. Compete à Diretoria de Comunicação e Imprensa:

- I. Zelar pela comunicação entre corpo de dirigentes, os estudantes e a comunidade escolar e local;
- II. Manter atualizado o planejamento mensal no mural do Grêmio;
- III. Manter os membros do Grêmio informados dos fatos de interesse da classe;
- IV. Publicar avisos e convocações de reuniões de todas as instâncias deliberativas, divulgar editais e expedir convites do Grêmio;
- V. Responsabilizar-se pela edição, publicação e distribuição de jornal com o objetivo de divulgar as atividades do Grêmio;
- VI. Assumir todos os setores de sua responsabilidade;
- VII. Escolher os colaboradores de sua diretoria.

Parágrafo Único. O diretor da Diretoria de Comunicação e Imprensa é o responsável direto pela organização do material publicado no jornal, rádio internet e vídeo.

Art. 34. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros contábeis, a situação de caixa e os valores em depósito;
- II. Assinar todos os documentos e pareceres proferidos pelo Conselho, bem como, os termos de entrega e recebimento da prestação de contas;
- III. Apresentar relatório das atividades econômicas do corpo de dirigentes na última assembleia geral ordinária que antecede as eleições do Grêmio;
- IV. Colher do tesoureiro e do Presidente, ao término do mandato, o termo de entrega discriminando todos os bens do Grêmio devidamente assinado, o qual terá o valor de inventário;

- V. Transmitir o inventário à nova diretoria empossada colhendo assinatura de recebimento do tesoureiro e do Presidente eleitos para subsidiar a guarda do patrimônio;
- VI. Propor, por unanimidade de seus membros, alterações do presente Estatuto, a serem discutidas e votadas pela assembleia geral;
- VII. Convocar, por unanimidade de seus membros, assembleia geral extraordinária, sempre que ocorrerem fatos graves e urgentes de sua competência;
- VIII. Eleger o Secretário (a) deste Conselho;
- IX. Praticar ad referendum do Conselho, atos que se fizerem necessários, devendo dos mesmos, dar conhecimento na reunião subsequente, sob pena de grave infração disciplinar;
- X. Zelar pelo cumprimento das normas dispostas neste Estatuto e no Regimento Escolar da U.E;
- XI. Desempenhar as demais funções inerentes à natureza do cargo.

Art. 35. O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente de forma ordinária e extraordinariamente, quando requisitado pelo Grêmio em procedimento específico, deliberando sempre por maioria simples dos votos exigida o quórum mínimo de 2/3 de seus membros.

CAPÍTULO V - DOS ASSOCIADOS

Art. 36. São associados do Grêmio todos os estudantes matriculados e com frequência regular na UE, nos termos do Art. 12 deste Estatuto.

§1º. No caso de expulsão ou transferência, o estudante estará automaticamente desligado do Grêmio.

§2º. As sanções disciplinares aplicadas pela UE ao estudante, não se estenderão às suas atividades como gremista fora do recinto escolar.

Art. 37. São direitos dos associados:

- I. Ser defendido e representado na luta por seus direitos educativos e sociais.
- II. Participar das instâncias deliberativas do Grêmio, observadas as disposições deste Estatuto.
- III. Participar de todas as atividades do Grêmio.
- IV. Votar e ser votado, observadas as disposições deste Estatuto.
- V. Encaminhar observações, sugestões e moções às diretorias do Grêmio.

VI. Aproveitar-se de descontos e promoções em eventos realizados pelo Grêmio.

CAPÍTULO VI - DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 38. Constituem infrações disciplinares:

I. Usar o Grêmio para obtenção de privilégio pessoal, de grupo ou outras finalidades, não presentes ou proibidas por este Estatuto.

II. Deixar de cumprir, inadvertidamente, as disposições deste Estatuto.

III. Prestar informações referentes ao Grêmio, que coloquem em risco a integridade de seus membros ou da instituição.

IV. Atentar contra a guarda e o emprego do patrimônio do Grêmio.

V. Atuar com improbidade na administração do Grêmio.

VI. Deixar de zelar pela profícua aplicação dos recursos do Grêmio.

VII. Comprometer a idoneidade moral do Grêmio, agindo de forma irresponsável e ilícita dentro dos eventos e atuações que são de responsabilidade do mesmo.

VIII. Deixar de cumprir com as obrigações a qual foi designado.

§1º. Caso seja membro de alguma das instâncias deliberativas intermediárias do Grêmio, o infrator perderá seu mandato, devendo responder, quando cabível, pelas perdas e danos perante o mesmo.

§2º. O infrator ficará impedido de participar de qualquer das instâncias deliberativas intermediárias do Grêmio ao longo dos anos.

Art. 39. Nenhum integrante do grêmio deve ser punido por expressar o que pensa ou por tomar atitudes coletivas não ofensivas, por meio de manifestações, protestos, assembleias, reivindicações, etc.

Parágrafo único. Todo e qualquer estudante matriculado na rede estadual de ensino está sujeito às normas do Regimento Escolar, que será aplicado em situações que incitem ou resvalam em atos de violência, depredação ou discriminação.

CAPÍTULO VII - DAS ELEIÇÕES DO CORPO DE DIRIGENTES

Art. 40. Todo o procedimento eleitoral deve ser realizado pela Comissão Eleitoral, organizada por solicitação do corpo de dirigentes do Grêmio cujo mandato esteja expirando.

§1º. Caso não haja diretoria para conduzir a formação da Comissão, os estudantes devem compor uma Comissão Eleitoral para organizar os procedimentos eleitorais com base no Regimento Eleitoral.

§2º. Deve-se preservar o respeito aos princípios da lisura, igualdade e transparência que presidem os sufrágios de um modo em geral e respeito ao que nos orienta o Regimento Eleitoral.

Art. 41. Todos os procedimentos eleitorais, desde a inscrição, divulgação e propaganda das chapas até a votação e apuração dos votos, devem obedecer às normas estabelecidas no Regimento Eleitoral aprovado em assembleia e anexadas a este Estatuto.

Art. 42. O voto do estudante é obrigatório, secreto, universal e será realizado em cédula única contendo os nomes de cada chapa com a apresentação de documento com foto.

Art. 43. A posse do corpo de dirigentes eleito dar-se-á com solenidade no IFSP Campus Avançado Tupã, no dia imediato à divulgação perante a comunidade escolar.

I. O ato de posse deve constar em ata lançado em livro próprio do Grêmio;

II. Deve assinar a ata o presidente da Comissão Eleitoral, o presidente que está se desligando do Grêmio e o presidente empossado, firmando documento em seu nome e de todo o corpo de dirigentes eleitos.

Parágrafo único. No caso de restrições para o ano seguinte, as chapas concorrentes poderão contar, em seus quadros, com 100% de seus membros do corpo dirigente anterior.

Parágrafo único. As chapas vencedoras não poderão se reeleger no próximo ano. Ou poderão contar, em seus quadros, com até 50% de membros do corpo dirigente anterior.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 44. A assembleia geral dos estudantes como instância máxima de deliberação do Grêmio, pode julgar, em grau de recurso, as deliberações das demais instâncias intermediárias deste Grêmio.

Art. 45. A associação do Grêmio a uma Entidade Estudantil, por se tratar de matéria que envolve e interessa a toda a comunidade estudantil, deve ocorrer em assembleia geral, com aprovação de metade mais um de seus membros.

I. A entidade estudantil associada deve orientar e apoiar as atividades das instâncias deliberativas do Grêmio, sem assumir para si suas ações;

II. Por se tratar de organização externa, a entidade estudantil associada ao Grêmio deve obter permissão da equipe gestora para acessar e transitar nas dependências da U.E.;

III. E a entidade estudantil deve observar as normas de convivência expressas no Regimento escolar.

Art. 46. A dissolução do Grêmio somente ocorrerá se for extinto a IFSP Campus Avançado Tupã, revertendo-se seus bens para entidades filantrópicas.

Art. 47. Nenhum membro poderá intitular-se representante do Grêmio, sem a autorização, por escrito, do corpo de dirigentes com assinatura do presidente.

Art. 48. O corpo de dirigentes em vigor, desde antes da aprovação deste Estatuto, tem o prazo de 02 (dois) meses para regularizar a sua atuação de acordo com as novas disposições estatutárias.

Parágrafo Único. Não haverá, em razão da aprovação deste Estatuto, diminuição ou prorrogação de mandato do atual corpo de dirigentes.

Art. 49. O presente Estatuto poderá ser modificado mediante proposta do CRT, do Conselho Fiscal ou de pelo menos um dos membros do corpo de dirigentes do Grêmio, mediante a assinatura de mais da metade dos seus membros, para discussão e posterior votação em assembleia geral dos estudantes, cuja aprovação deve ser por maioria absoluta, exigido o quórum de 1/5 de seus membros.

Art. 50. As garantias conferidas aos Representantes de Turma e aos membros do Conselho Fiscal não pertencem às pessoas que ocupam tais cargos, mas aos próprios cargos, em nome de toda coletividade, como forma de assegurar a independência e a tranquilidade necessárias para o exercício da função.

Art. 51. Nenhum membro ou dirigente do Grêmio Estudantil, CRT ou Conselho Fiscal poderá ser punido ou advertido pela direção da escola, quando estiver em exercício de suas atividades ou em defesa e questionamento de seus direitos, resguardando-se a observância das normas do Regimento Escolar.

Art. 52. Este Estatuto deverá ser divulgado, logo após a sua aprovação, em murais do Colégio, ao longo de pelo menos 02 (dois) meses.

Art. 53. Este Estatuto entrará em vigor, após sua aprovação em assembleia geral do corpo discente do IFSP Campus Avançado Tupã.

Art. 54. Este Estatuto só deixara de existir com a extinção do Grêmio.

Art. 55. A equipe gestora da UE obriga-se a manter em seus arquivos uma cópia deste Estatuto assinada pelo presidente do Grêmio.

Art. 56. Revogam-se todas as disposições em contrário.